Escolas encerram locaute cantando vitória

Um acordo entre o GDF e o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Privados de Ensino (Sinepe), Jaime Zveiter, pôs fim ao locaute das escolas particulares que já se estendia por uma semana. Ficou acertado que será acatada a decisão do Conselho de Educação do DF (CEDF), que analisará, a partir de hoje, as planilhas das escolas que julguem ser incompatíveis os custos com o valor das mensalidades. A própria liminar da Justiça, que invalidou a liberdade vigiada, prevê esse tipo de procedimento.

O CEDF reuniu-se ontem e aprovou a resolução nº 03/89 onde ficam criados os critérios para análise de defasagem nas mensalidades. Ele referendou ainda todas as decisões da Comissão de Encargos Educacionais, criando as condições para o fechamento de um acordo com os estabelecimentos de ensino. O decreto-lei nº 532, de 16 de abril de 1969, ampara as medidas.

Mas apesar de o governo não ter cedido nada daquilo que fora previamente autorizado pela liminar, e referendado pela legislação em vi-

gor, os dirigentes das escolas consideraram-se vitoriosos. O locaute funcionou como uma pressão para forçar o diálogo, e prova disso são as declarações de Zveiter. Após sair do encontro com a equipe de negociação do GDF, para a qual chegou quase três horas atrasado, concluiu: "Foi encontrada uma solução que estava clara. Cumprir o decreto e fazer a compatibilização dos custos com a mensalidade".

A aplicação da liminar, no entanto, segundo a secretária de Educação Josephina Baiocchi, vinha ocorrendo desde o momento de seu surgimento. O CEDF se reunia sistematicamente e analisava as planilhas das escolas. E o movimento coordenado pelo Sinepe, conforme Zveiter, não apresentava-se como uma retaliação à prisão do proprietário do Colégio Minas Gerais, José Pio de Abreu. Ele objetiva "o simples cumprimento da legislação".

O cumprimento da legislação, aliás, sempre foi tido para o Sinepe por algo difícil, uma vez que os proprietários das escolas afirmavam existir duas diferentes. A claridade sobre a

lei mais acertada surgiu pouco depois de o GDF ameaçar fazer uso da Justiça para que os alunos pudessem ter o direito de estudar. Zveiter afirmou que não havia mais divergências, e esperava apenas que o Conselho realizasse sua função.

Outra informação que se choca com os pronunciamentos anteriores de Zveiter, refere-se ao número de escolas prejudicadas com a adoção de um único índice. Muitos estabelecimentos, segundo ele, estavam cobrando até menos do que o necessário. Mas era preciso pensar também nos 16 que trabalhavam no vermelho. O confronto numérico surgiu ontem, quando ele afirmou que seria preciso rever as mensalidades de "uns 60 estabelecimentos".

Caso julgue necessário, o Conselho de Educação do DF pode determinar o valor das mensalidades não apenas pelas planilhas. Ele tem poder para solicitar ainda o fornecimento de documentos e demais informações, com a garantia de manter o sigilo, para que o preço possa ser determinado de forma mais certa.